

AÇÃO GLOBAL: LIBERTEM TODOS OS REFÉNS PALESTINOS

Dia 17 - Ato na Esquina do Zaire (Democrática) - 18 horas

Rui Muniz

Nesse 17 de abril, dia do Prisioneiro Palestino, vamos exigir a libertação de todos os reféns Palestinos, sanções internacionais, embargo militar e energético do governo brasileiro, além de ações legais contra autoridades israelenses no Tribunal Penal Internacional.¹

O Parto - Fadwa Tuqan²

O vento arrasta as sementes
e nossa terra treme, na noite,
com as dores do parto

o carrasco engana-se,
repetindo para si mesmo
a história da incapacidade,
a história das ruínas e dos escombros

Ó nossa jovem manhã
conte você ao carrasco
como são as dores do parto.

conte-lhe como, da dor da terra,
nascem as margaridas
e como a manhã se ergue
das rosas de sangue das feridas.

¹ Frente Gaúcha de Solidariedade ao Povo Palestino -

<https://www.instagram.com/reel/DXEvxdMjeaY/?igsh=NDA0b21zemZ3N2dx>

² Fadwa Touqan - فدوى طوقان Nasceu em Nablus numa abastada família conhecida por suas realizações em vários campos. Ela estudou até os treze anos, quando ela foi forçada a sair da escola muito cedo. Um de seus irmãos, o teatrólogo e diretor da Rádio Palestina (na cidade árabe de Jerusalém, nos anos 30, Ibrahim Tuqan, foi poeta do primeiro levante palestino, que deu seus primeiros passos em 1933 e eclodiu em 36, prosseguindo até seu sufocamento pelos ocupantes britânicos em 39.

Seu trabalho foi reconhecido como uma das maiores expressões na preservação da memória e resgate das aspirações de seu povo e também por enunciar com profundidade os anseios e sentimentos da mulher palestina. A mulher palestina se funde em vários de seus poemas com a própria resistência, como ocorre no que descreve a identidade do refugiado com sua terra no seu poema "O Parto". Depois da Guerra dos Seis Dias, sua poesia ficou focada nas dificuldades vividas durante a ocupação. Faleceu em 2003.

O que resultou do último genocídio sionista sobre a Terra e o Povo Palestino, que teve início em outubro de 2023, é que em abril de 2026 são mais de 9.600 prisioneiros políticos palestinos detidos por “israel”, entre eles há 84 mulheres e cerca de 350 crianças, principalmente nas prisões de Megido e Ofer. 3.532 palestinos estão em detenção administrativa (sem acusação ou julgamento), sendo o maior grupo entre os presos. São 1.251 sequestrados da Faixa de Gaza, que estão presos sob a classificação de combatentes ilegais, também sem julgamento — número que pode ser maior, pois não inclui todos os detidos em campos militares.¹

Resistir ao Apartheid e à ocupação militar colonial não é crime, porque é uma evidência da opressão institucionalizada e da intenção de manter o controle sobre a Terra e o Povo Palestina. O uso do regime militar e de detenções administrativas é projetado para manter a dominação de sionistas sobre Palestinos através de atos desumanos que constituem crimes contra a humanidade. Mas é importante lembrar que os tribunais militares israelenses e as leis militares aplicadas aos palestinos têm origem direta no Regulamento de Defesa (Estado de Emergência) de 1945, promulgado pelo Mandato colonial Britânico na Palestina, e desde 1948, são a espinha dorsal do sistema de justiça militar israelense aplicado aos Palestinos.

Em março de 2026, o knesset aprovou lei que institucionaliza a pena de morte racista contra Palestinos, viola normas internacionais e reforça a anexação da Cisjordânia, além da pretensa ocupação do sul do Líbano, entre outras regiões do Médio Oriente.

Estado da Palestina - دولة فلسطين

Em 1920, a Conferência de San Remo alocava ao Reino Unido a área que presentemente constitui a Jordânia, a área entre o Jordão e o Mar Mediterrâneo e o Iraque. A França recebeu a Síria e o Líbano. Em 1922, a Liga das Nações estabeleceu formalmente o Mandato Britânico para a Palestina e a Transjordânia, indo parcialmente ao encontro dos compromissos assumidos pelo Reino Unido estabelecidos na Correspondência Husayn-McMahon (1915-1916) : todas as terras a leste do Rio Jordão eram entregues ao Emirado da Jordânia (governado por Abdullah I da Jordânia, mas que estava em parte em dependência do Reino Unido), deixando a parte a oeste da Jordânia como o Mandato Britânico da Palestina.

A ocupação sobre as Terras Palestinas precede à Guerra Árabe-Israelense de 1948 - A Catástrofe” - النكبة, que começou com a Criação do Estado de Israel após a retirada britânica e com a **Declaração do Estado de Israel** em 14 de maio de 1948. As Nações Árabes vizinhas invadiram o recém criado país no dia seguinte, em apoio aos Árabes-Palestinos. Tropas do Egito, Síria, Líbano e Iraque invadiram a Palestina, ao que Israel, Estados Unidos, União Soviética consideraram como uma agressão ilegítima. A China deu o seu apoio às pretensões árabes. Os estados árabes declararam o propósito de proclamar um "Estado Unido da Palestina" em detrimento de um Estado Árabe e de um Estado Judaico. Eles consideravam que o plano da ONU, criado pelos capitalistas, era ilegal porque vinha em oposição à vontade da população árabe da Palestina.

Após essa invasão das Terras Palestinas, marcada pela Catástrofe, os palestinos abandonaram ou foram expulsos das áreas ocupadas pelos israelenses, não sendo permitido o regresso às suas casas. Deslocaram-se para campos de refugiados localizados em países vizinhos tais como o Líbano, Jordânia, Síria e para a área que mais tarde se tornaria conhecida como a **Faixa de Gaza**. Para colocar sobre a tutela dos capitalistas e sionistas, foi criada a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina para melhorar as condições destes.

A primeira Declaração do Estado da Palestina foi em 23 de setembro de 1948, por um governo formado em Gaza , durante a Guerra de partição da Palestina de 1948, a partir de



uma declaração de todos os países árabes e islâmicos e da Liga Árabe, sustentados no direito natural de autodeterminação e com base nas decisões do Comitê Político Árabe, sendo consideradas as fronteiras a Palestina como antes do fim do estado de Mandato Britânico independente. Mais recentemente, o Estado palestino foi proclamado por Yasser Arafat em 15 de novembro de 1988, em Argel, depois que o Conselho Nacional Palestino (organismo da OLP), aprovou a

Declaração de Independência da Palestina. A declaração invocou o Tratado de Lausanne e a Resolução 181 da Assembleia Geral da ONU para fundamentar a proclamação do Estado da Palestina, com a sua capital em Jerusalém.

Desde 22 de novembro de 1974, através da resolução 3237, a OLP tem o estatuto de observador nas Nações Unidas (não de representante de um Estado-Membro), com direito a voz mas não de voto. Em 7 de julho de 1988 a Assembleia Geral da ONU adotou a Resolução 52/250 que conferia à Palestina direitos adicionais e privilégios suplementares, nos quais se incluem o direito a participar no debate geral que tem lugar no início de cada sessão da Assembleia Geral, o direito de réplica, o direito a co-autoria de resoluções e o direito a levantar pontos de ordem sobre questões relativas à Palestina e ao Oriente Médio.

Em 2010, o então Presidente Lula atendeu ao pedido de reconhecimento do presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas. Desde então, o Brasil reconhece a existência do Estado Palestino com as fronteiras de 4 de junho de 1967, anteriores à Guerra dos Seis Dias entre árabes e israelenses. Desde 1975 o Brasil reconheceu a OLP como a "legítima representante do povo". O Estado Palestino é reconhecido por quase todos os países do mundo Islâmico, com a exceção apenas da Eritrécia, além da grande maioria dos países da Ásia e da África, e de boa parte dos países da América Latina e da Europa Oriental. Na Europa Ocidental, os únicos países que reconhecem o Estado Palestino são a República de Malta e a Islândia.

No dia 15 de novembro de 1988 a Assembleia Geral adotou a Resolução 43/177 pela qual reconheceu a proclamação do Estado da Palestina pelo Conselho Nacional Palestino e decide que a designação "Palestina" deve ser usada no sistema interno da ONU em substituição da sigla OLP.

A Luta do Povo Palestino por direito à Terra Palestina e à Autodeterminação do seu Povo: uma visão histórica da Resistência Palestina

“Se nossos homens não puderem mais lutar,
nossas mulheres lutarão!

E se nossas mulheres não mais puderem lutar,
nossas crianças lutarão!

Mas, se nem nossos homens, nem nossas mulheres, e nem nossas crianças não puderem
lutar,

Nossos mortos se erguerão e lutarão ...”

Yasser Arafat

A destruição das Terras Palestinas tem uma história de resistência e sobrevivência que data desde antes de sua ocupação a partir em 1947, concebida ainda no primeiro congresso sionista no Século XIX. A ocupação de suas terras, desde então, acontece com matança e genocídio permanente de Palestinos e Povos Árabes para expansão e controle das Terras Palestinas pelo Estado sionista de Israel.

Em uma síntese cronológica, pode-se dizer que há, a quase 80 anos, assassinatos coletivos de Palestinos. Partindo da Guerra do Suez, em 1956, concebida para proteger os interesses dos investidores no Canal de Suez, Israel, Reino Unido e França invadiram a Península de Sinai e os franceses e britânicos ocuparam o Porto de Suez. Esses interesses tinham sido afetados devido à decisão do Presidente Egípcio, Gamal Nasser, de nacionalizar o canal. Israel invade o Egito para “se proteger” de ataques à sua população civil e restaurar os direitos de navegabilidade. Sob pressão internacional, Israel se retirou da Península do Sinai, que foi ocupada por uma força da ONU.

Como forma de enfrentar a tríade colonialista, entre 1956 e 1967, o Presidente Egípcio, Gamal Nasser, que tinha grande influência na região, garantiu a proclamação da República Árabe Unida, em 1958, mas que colapsou já em 1961. Disputas entre Israel e Síria relacionadas com áreas fronteiriças terrestres e marítimas tiveram a continuação dos ataques do Egito, principalmente a partir da Síria e da Jordânia e represálias israelitas.

Entre 5 e 10 de Junho de 1967 acontece a Guerra dos Seis Dias, desencadeada por Israel contra o Egito e a Jordânia, contra a política panárabe do presidente egípcio Nasser, que se traduziu em alianças militares com a Síria e a Jordânia. Nesse momento Israel se expandiu territorialmente, ocupando a Cisjordânia, a Faixa de Gaza, a Península do Sinai e as Colinas de Golan. A parte antiga da Cidade de Jerusalém, chamada Jerusalém Oriental, foi tomada em 7 de junho por Israel.

De 1968 a 1970 aconteceu a guerra entre Egito e Israel, iniciada pelo Egito com o objetivo de reocupar a Península do Sinai de Israel, o qual a havia ocupado desde a Guerra dos Seis Dias. A guerra terminou com um cessar-fogo assinado entre os países em 1970 com as fronteiras no mesmo lugar de antes de a guerra começar. Por consequência, acontece a Guerra de 1973, conhecida como Guerra do Yom Kippur, a quarta grande guerra Árabe-

israelense, que envolveu Egito e Síria contra Israel, aconteceu no Sinai e nas Colinas de Golan. Israel invade de surpresa o Líbano até o rio Litani, com a ajuda militar dos Estados Unidos; as forças da OLP foram empurradas para o norte do rio. Ao término, as forças israelenses, com um esmagador poderio militar, adentraram nos territórios dos Árabes, chegando a 40km de Damasco, capital da Síria, que foi intensamente bombardeada, e a 101 km do Cairo, capital Egípcia.

Em 1982 a Guerra de Israel no Líbano começou quando Israel atacou o Líbano, em uma tentativa de remover os militantes da resistência do Fatah, liderados por Yasser Arafat, do sul do Líbano. A invasão levou à morte 20 mil libaneses, especialmente no assassinato em massa que ficou conhecido como Massacre de Sabra e Shatila, no Oeste de Beirute, que assassinou mais de 3.500 pessoas, na grande maioria crianças, mulheres e idosos. Ariel Sharon era Ministro da Defesa de Israel.

Mas a Resistência Palestina acontece novamente entre 1987 e 1993 com a Primeira Intifada,



que se dá pela revolta dos palestinos, em particular os jovens, contra a ocupação militar israelense na Cisjordânia e Faixa de Gaza. Líderes da OLP exilados na Tunísia rapidamente assumiram o controle. A revolta trouxe um aumento da importância dos movimentos nacionais palestinos e islâmicos. A

inspiração foi o levante xiita no Líbano, em 1985, que provocou a retirada das tropas israelenses da maior parte dos territórios que ocupavam no Líbano.

Nesse ambiente, os norte-americanos forjam com seus aliados a Guerra de Golfo de 1990 a 1991, que começa com a invasão iraquiana e anexação do Kuwait, inicialmente sem ter envolvimento militar direto com Israel. Uma coligação internacional liderada pelos Estados Unidos, que incluía forças árabes foi montada para retirar as forças iraquianas do Kuwait. Para chamar Israel para o confronto e dividir a coligação multinacional, o Iraque lançou mísseis Scud sobre cidades e instalações nucleares israelenses perto de Dimona. No entanto, sob forte pressão dos EEUU, que temiam que o envolvimento direto de Israel pudesse ameaçar a unidade da coalizão, Israel não promoveu retaliações ao Iraque. O Kuwait e outras monarquias árabes do Golfo, em seguida, expulsaram 400 mil refugiados palestinos e retiraram seu apoio à Causa Palestina.

No fim de setembro de 2000 acontece a Intifada de Al-Aqsa, na época em que o líder da oposição israelense Ariel Sharon e um grande contingente de guardas armados visitaram o Complexo *Al-Haram Ash-Sharif* em Jerusalém e declararam a área território eterno israelita. Amplos motins e ataques eclodiram em Jerusalém e em muitas cidades israelenses, e se espalharam por toda a Cisjordânia e a Faixa de Gaza. Estima-se que foram mortos 3.396 Palestinos.

O Massacre em Gaza, ocorrido em 27 de dezembro de 2008, foi uma grande ofensiva militar de Israel. Esse massacre foi a mais intensa operação militar contra um território palestino desde a Guerra dos Seis Dias (1967). No primeiro dia a força aérea israelense lançou em quatro minutos mais de cem bombas contra a Faixa de Gaza, entre as quais a Cidade de

Gaza, Beit Hanoun, Khan Younis e Rafah. Também foram alvos de ataques a infraestrutura civil, incluindo casas, escolas e mesquitas. A marinha israelense bombardeou alvos na Faixa de Gaza, o que resultou em um incidente com o barco de uma organização pacifista, que trazia ajuda médica para a população de Gaza, como continua acontecendo. Esse Massacre resultou na morte de 1.387 palestinos, mais da metade deles civis; 773 deles não participaram nos combates, incluindo 320 jovens ou crianças (252 com menos de 16 anos) e 111 mulheres. Do lado de Israel, houve 13 mortos, sendo três deles por "fogo amigo", conforme consta nos documentos revisados.

Para não esquecer, alguns Massacres de Palestinos: crimes de guerra e crimes contra a humanidade na Palestina e nos países árabes vizinhos

Deir Yassim – 09/abr/48: 107 moradores foram mortos durante e depois da batalha pela vila, incluindo mulheres e crianças, alguns foram mortos, enquanto outros morreram quando granadas de mão foram jogadas em suas casas

El-Bureig – ago/53: A primeira ação militar de Sharon foi em agosto de 1953, no Campo de Refugiados de El-Bureig, ao sul de Gaza. 50 refugiados foram assassinados.

Giblya – 11/out/53: forças israelenses entraram na vila e mataram sistematicamente os ocupantes das casas, usando Armas Automáticas, Granadas e Bombas. Em 14 de Outubro os corpos de 42 civis árabes foram descobertos, vários outros corpos ainda estavam sob os escombros. Quarenta casas, a escola da vila e um Reservatório de Água foram destruídos.

Nahalin – 28/mar/54: israelenses colocaram cargas explosivas e destruiu sete casas, incluindo a mesquita da aldeia, matou cinco guardas nacionais, três legionários que viajavam da base Legião Árabe para a aldeia, e uma mulher, e feriu 18 civis, incluindo homens, mulheres e crianças.

El Buteiha – 11/dez/55: sob o comando de Ariel Sharon, israel enviou dois batalhões de paraquedistas apoiados por artilharia e baterias de morteiros e ataques de plataformas de armas da Síria, na costa do Mar da Galiléia, onde 50 palestinos foram mortos. Israel perdeu seis militares.

Kafr Qasim – 19/out/56: A Polícia de israel matou 48 civis, em 29 de outubro de 1956.

El Tawafiq – 01/fev/67: massacre sem expectativa de número de mortos

Karameh – 21/mar/68: exército de Israel destrói 175 casas no assentamento; mais de 500 árabes mortos.

Irbid – 04/jun/68: 34 jordanianos foram mortos e 135 feridos. Foi um bombardeio indiscriminado por foguetes e bombas contra a população civil.

Atos de Terrorismo e Crimes de 1967 a 1990:

1. Destruiu 135 casas e duas mesquitas em Jersalem, expulsos todos os proprietários e moradores das casas e, posteriormente, desapropriados 838 hectares na área adjacente à Cidade Velha.
2. Ataques armados contra forças das Nações Unidas, matando e ferindo soldados da ONU.
3. Expulsão de palestinos das cidades e vilas.
4. Demolição de casas palestinas com dinamite e escavadeiras.
5. Destruição, arrancando e queima de oliveiras, laranjeiras e outras culturas pertencentes a agricultores palestinos.
6. Destruição de casas palestinas, com seus móveis e pertences.
7. Bombardeio indiscriminado do Egito, matando civis.
8. Expulsão de cidadãos proeminentes de Jersalem, a Cisjordânia e Gaza.
9. Espancamento de moradores palestinos e confisco de seus bens.
10. Forçar palestinos a atravessar o rio Jordão, assassinando-os a sangue frio.
11. Tortura de prisioneiros palestinos.
12. Afundamento de navios gregos e indianos e bloqueio do Canal de Suez.
13. Destruição de aldeias sírias com tratores.
14. Demolição de mesquitas.
15. Expulsão de beduínos árabes.
16. Ataque a aldeias jordanianas com argamassa e fogo de metralhadora, matando e ferindo civis.
17. Atirar em campos de refugiados palestinos e aldeias jordanianas por tanques e artilharia, matando e ferindo civis.
18. Destruição de automóveis e seus passageiros israelo-plantadas minas anti-veículo.
19. O uso de granadas de fósforo para queimar plantações na Jordânia.
20. Bombardeio de um bairro densamente povoado da cidade egípcia de Suez, matando 46 e ferindo 67, incluindo mulheres e crianças, e destruindo 42 casas, uma igreja, duas mesquitas e um centro de bem-estar infantil e danificar um hospital e da estação ferroviária bem como 25 casas.
21. Destruir o pastoreio de refugiados palestinos na Faixa de Gaza, matando o gado e colocando Palestinos em ônibus e despejá-los na Jordânia.
22. Soldados israelenses cometeram assassinato premeditado de Juiz Shawqi A. El Farra, que estava desarmado, em Khan Yunis na Faixa de Gaza.

23. Bombardeios em massa no Líbano, matando civis, o gado e destruindo casas.
24. Bombardeio de centros civis no Egito, Jordânia, Síria e Líbano.
25. Bombardeio com strafing e napalm de aldeias e campos de cultivo.
26. Ataques ao aeroporto de Beirute e destruição de 14 aeronaves de passageiros.
27. Ataques de helicópteros a aldeias e campos de refugiados palestinos.
28. Atear fogo à aldeia síria de Khisfine.
29. Ataques combinados e assaltos no terreno em aldeias árabes.
30. Franco-atiradores dirigido a agricultores jordaniano em seus campos.
31. Ataques de helicópteros em acampamentos beduínos.
32. Expulsão de moradores de suas casas libaneses, com a destruição de suas casas.
33. Matança de prisioneiros egípcios desarmados de guerra.
34. Bombardeios sobre centros de civis no Líbano visando perturbar os sistemas de energia elétrica, telefone e água.
35. Ataques Combinados pelo mar e helicóptero em campos de refugiados palestinos no Líbano.
36. Derrubar um avião de passageiros desarmados líbios, civis, matando todas as 106 pessoas a bordo.
37. Interceptar barcos e aeronaves civis e forçando-os a ir para o território ocupado israelense.
38. Transferência de civis para campos de concentração, destruindo seus pertences pessoais, documentos de identificação, arrendamentos de propriedade de terras e contratos agrícolas.
39. Uso de prisioneiros sírios de guerra para andar na frente das forças israelenses em campos de minas.
40. Incêndio e danos a mesquitas islâmicas.
41. Sequestro de civis árabes na Síria, Líbano, Jordânia e Egito.
42. O uso de bombas de fragmentação em centros de população civil, matando e ferindo gravemente homens, mulheres e crianças.
43. Atirar contra multidões de manifestantes pacíficos desarmados.
44. Proibição de muçulmanos de assistir orações em suas mesquitas.
45. Instalação de bombas-relógio nos carros de prefeitos palestinos, matando ou mutilando-os.
46. Ataques contra lugares sagrados cristãos.

47. Bombas de gás lacrimogêneo disparados através das janelas de uma sinagoga usado por judeus ortodoxos anti-sionistas.
48. Assalto por judeus armados em Al Aqsa e em Jerusalém.
49. O uso de armas pesadas de superfície, como foguetes, para destruir edifícios civis no Líbano.
50. Massacre em campos de refugiados palestinos em Beirute, sob a égide das forças israelenses.
51. Imposição de punição coletiva em cidades palestinas, vilas e aldeias.
52. Ataques aleatórios de granadas de mão contra civis árabes por colonos judeus.
53. Ataque lançador de foguetes no ônibus que transportava trabalhadores palestinos e compradores.
54. Prisões em massa de moradores palestinos.
55. Isolamento de campos de refugiados e cortes no seu abastecimento de eletricidade e água.
56. Bombardear e destruiu o reator nuclear iraquiano em Bagdá.
57. Fechamento de universidades e escolas palestinas.
58. Bombardeio ao quartel-general da Organização pela Libertação da Palestina e de outros edifícios na Tunísia, matando muitos homens palestinos e tunisianos, mulheres e crianças durante o ataque, e matando centenas de civis com ação retardada de mais de 1.000 bombas.

Eu poderia ter contado

A história do rouxinol
assassinado

Poderia ter contado

A história ...

Se não me tivessem

cortado os lábios

Samir Al-Qassim

O Atual Genocídio do Povo Palestino³

O mundo assiste, desde 2023, a um dos maiores assaltos militares já perpetrados sobre uma população civil indefesa e desarmada. Sob o argumento de aniquilar o Hamas, as forças armadas de Israel atacaram diretamente as instalações e a população civil da pequena faixa costeira. Cercado, isolado e de fato preso na Faixa de Gaza, o povo palestino foi submetido a um bombardeio de proporções gigantescas, somado a uma longa e cada vez mais intensa política de restrição de água potável, mantimentos, medicamentos e demais itens indispensáveis à vida. Todas as situações que estão hoje sob o escrutínio das agências de direitos humanos e cortes internacionais – desde o massacre indiscriminado, os ataques a pessoas em busca de alimento e o bombardeio proposital de residências até as torturas, as valas comuns e as próprias declarações de intenções genocidas por parte das lideranças israelenses, para não mencionar os grotescos vídeos, postados no TikTok e demais mídias sociais, de soldados e civis israelenses zombando dos palestinos enquanto grassam o genocídio, fazendo chacota de sua fome, da destruição de seus lares, de suas vestimentas encontradas entre os escombros, enfim – evidenciam e refletem um longo processo de desumanização do povo palestino.

“Já resta pouca Palestina. Passo a passo, Israel está apagando-a do mapa. Os colonos invadem, e atrás deles os soldados vão corrigindo a fronteira. As balas sacralizam a pilhagem...”

Israel é o país que jamais cumpre as recomendações nem as resoluções das Nações Unidas, que nunca acata as sentenças dos tribunais internacionais, que burla as leis internacionais, e é também o único país que legalizou a tortura de prisioneiros. Quem lhe deu o direito de negar todos os direitos? De onde vem a impunidade com que Israel está executando a matança de Gaza? O governo espanhol não conseguiu bombardear impunemente o País Basco para acabar com o ETA, nem o governo britânico pôde arrasar a Irlanda para liquidar o IRA. Por acaso a tragédia do Holocausto implica uma apólice de eterna impunidade? Ou essa luz verde provém da potência manda chuva que tem em Israel o mais incondicional de seus vassalos?”

Eduardo Galeano - Quem deu a Israel o direito de negar todos os direitos?

23 de novembro de 2012

³ Extraído do texto Pensar a Palestina após Gaza: uma breve historiografia da Nakba, de Arlene Clemesha, publicado por Blog Boi Tempo em 04/10/2024

Desde a ocupação das Terras Palestinas, o capitalismo articulado pelos EEUU tem sustentado o expansionismo do Estado sionista de Israel, contando com suas estruturas de manutenção de poder e ocupação, particularmente a ONU, que permite o contínuo extermínio do Povo Palestino.

Nas circunstâncias atuais, um Estado Palestino não teria viabilidade geográfica nem econômica, pois Israel se apropriou e controla os recursos naturais da Cisjordânia e a maioria das Terras Palestinas. As áreas palestinas foram fragmentadas e hoje constituem pequenos enclaves desconectados entre si e cercados por assentamentos israelenses e por estradas para uso exclusivo dos colonos judeus.

Forças vivas, em torno do mundo humano, defendem a Causa Palestina. Temos o BDS - Boicote, Desinvestimento e Sanções, no Brasil temos FEPAL, IBRASPAL, entre outras Organizações de Resistência e, no Rio Grande do Sul temos a Frente Gaúcha de Solidariedade ao Povo Palestino, que promove com Partidos de Esquerda, Entidades e Organizações Populares a defesa do Povo Palestino pela Solidariedade e Ações de Luta.

A humanidade precisa parar o Holocausto Palestino, como parou o nazismo e acabou com o Apartheid da África do Sul, antes que o povo palestino veja mortas suas últimas crianças. Antes que o povo palestino deixe de existir. E precisa, também, impedir que um holocausto nuclear nos elimine enquanto humanidade, possibilidade inaugurada pelo irresponsável ataque de "Israel" ao Irã.

É urgente que a sociedade brasileira assuma a política necessária para derrotar de todas as formas, seja boicotar, desinvestir e sancionar este regime até que ele ceda aos direitos inalienáveis do povo palestino e vejamos restaurados todos os direitos nacionais, civis e humanitários do povo palestino, dentre eles seu direito a um estado, aplicando-se a totalidade do Direito Internacional e das resoluções da ONU pertinente à Questão Palestina, dentre elas a Resolução 194, que determina o retorno de todos os refugiados e seus descendentes.

Ademais, acreditamos que o Estado Brasileiro, seja por seus compromissos frente ao Direito Internacional, seja frente à legislação nacional, com especial ênfase ao Artigo 4º da Constituição Brasileira, cujos princípios disciplinam as relações do Brasil com outros estados, está obrigado a romper todas as relações com o regime colonial, racista e genocida de Israel, somente retornando a tê-las quando a Palestina for livre.

Mais do que isso, o Brasil deve promover todos os esforços políticos, diplomáticos, econômicos, científicos e tecnológicos, culturais e esportivos em apoio ao povo palestino, colocando em prática dos acordos de cooperação já existentes e construindo outros, para que sejamos solidários ativos do processo de sua libertação.

É urgente apoiar a luta de libertação nacional do povo palestino, por todos os meios admitidos no Direito Internacional, bem como seus esforços em busca de reconciliação nacional, que conduza à unidade nacional de todo o povo e de todas as suas forças no enfrentamento da ocupação colonial sionista. E apelamos pela paz em todo o mundo, especialmente no Oriente Médio.